

ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA INTERFACE ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

Psychopedagogical Practice at the Interface between Family, School, and Learning Processes

FERREIRA, Ana Geny¹

1 Mestra em Ciências da Educação Cristã. Christian College of Educator. E-mail: anageny1@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir, a partir da literatura, a atuação da psicopedagogia na articulação entre família, escola e processos de aprendizagem. Trata-se de estudo teórico-bibliográfico de caráter narrativo, fundamentado em literatura pertinente à psicopedagogia, às dificuldades de aprendizagem, à relação família-escola e ao envolvimento familiar. A análise indica que as dificuldades relacionadas à aprendizagem requerem compreensão multifatorial; que participação familiar, envolvimento parental e relação família-escola não constituem categorias equivalentes; e que a atuação psicopedagógica precisa ser delimitada conforme o contexto clínico ou institucional. A literatura também evidencia que diferentes modalidades de envolvimento familiar apresentam relações distintas com os resultados educacionais, não sustentando interpretações que atribuam à família responsabilidade isolada pelo desempenho escolar. Conclui-se que a atuação psicopedagógica na interface entre família e escola pode contribuir para a compreensão das relações estabelecidas em torno da aprendizagem, desde que sejam respeitadas as funções dos diferentes agentes e evitadas generalizações ou relações causais não demonstradas.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Aprendizagem. Relação família-escola. Envolvimento familiar. Dificuldades de aprendizagem.

Abstract

This article aims to discuss, based on the literature, the role of psychopedagogy in the articulation between family, school, and learning processes. This is a theoretical and bibliographic study with a narrative approach, grounded in literature addressing psychopedagogy, learning difficulties, family-school relationships, and family involvement. The analysis indicates that learning-related difficulties require a multifactorial understanding; that family participation, parental involvement, and family-school relationships are not equivalent categories; and that psychopedagogical practice needs to be defined according to its clinical or institutional context. The literature also indicates that different forms of family involvement relate differently to educational outcomes and does not support interpretations that assign families sole responsibility for school performance. It is concluded that psychopedagogical practice at the family-school interface may contribute to understanding the relationships surrounding learning, provided that the roles of the different agents are respected and unsupported generalizations or causal relationships are avoided.

Keywords: Psychopedagogy. Learning. Family-school relationship. Family involvement. Learning difficulties.

1 INTRODUÇÃO

A aprendizagem escolar constitui um processo que não pode ser compreendido exclusivamente a partir das características individuais do estudante, uma vez que sua constituição envolve condições pedagógicas, institucionais, familiares, relacionais e subjetivas que se articulam de maneiras distintas ao longo da trajetória educacional. Essa perspectiva exige cautela diante de explicações que atribuem dificuldades de aprendizagem a uma única origem ou que estabelecem relações diretas entre determinadas configurações familiares e o desempenho escolar.

No campo psicopedagógico, essa compreensão adquire relevância porque as dificuldades relacionadas à aprendizagem podem ser analisadas em diferentes contextos de atuação. No âmbito clínico, a atenção pode voltar-se às particularidades do sujeito e às relações que atravessam sua experiência de aprender. No contexto institucional, por sua vez, o olhar psicopedagógico alcança também práticas pedagógicas, relações estabelecidas na instituição e condições que interferem nos processos de ensino e aprendizagem. A distinção entre esses campos é necessária para evitar que a atuação institucional seja reduzida à reprodução, dentro da escola, de procedimentos característicos da clínica.

A família integra esse conjunto de relações, mas sua participação não deve ser interpretada como fator isoladamente responsável pelo sucesso ou pelas dificuldades escolares. Salvari e Dias (2006), ao investigarem profissionais que atuavam em psicopedagogia clínica, demonstram a presença da dimensão familiar na compreensão das dificuldades de aprendizagem, mas o próprio desenho da pesquisa delimita o alcance de seus achados. Trata-se de investigação qualitativa situada em um contexto clínico específico, o que impede que suas conclusões sejam convertidas em explicações universais sobre a relação entre família e aprendizagem.

A produção científica sobre a relação família-escola também revela um campo heterogêneo. Pinto (2022), ao examinar publicações da área de Psicologia Escolar e Educacional entre 1996 e 2020, identificou diferentes eixos de investigação, entre eles parceria família-escola, educação infantil, violência, queixa escolar, dificuldades de aprendizagem e educação especial. Essa diversidade indica que a relação entre os dois contextos não constitui fenômeno único nem pode ser explicada apenas pela existência ou ausência de uma denominada parceria.

Em perspectiva internacional, Kim (2022), ao sintetizar meta-análises sobre envolvimento parental e desempenho acadêmico, igualmente evidencia que diferentes formas

de participação familiar não apresentam relações uniformes com os resultados educacionais. A constatação reforça a necessidade de diferenciar participação familiar, envolvimento parental e relação família-escola, em vez de reunir práticas distintas sob uma categoria genérica de participação da família.

Diante dessas questões, este estudo delimita sua atenção à atuação psicopedagógica na interface entre família, escola e processos de aprendizagem. Não se pretende estabelecer a eficácia de determinada modalidade de intervenção nem atribuir a qualquer um desses contextos responsabilidade predominante pelo desempenho escolar. Interessa compreender como a literatura mobilizada permite analisar as possibilidades e os limites da atuação psicopedagógica nessa interface.

A questão que orienta o estudo é: como a literatura mobilizada compreende a atuação da psicopedagogia na articulação entre família, escola e processos de aprendizagem?

O objetivo consiste em discutir, a partir da literatura, a atuação da psicopedagogia na articulação entre família, escola e processos de aprendizagem.

A discussão mostra-se pertinente porque formulações genéricas sobre a importância da família ou da parceria família-escola podem obscurecer diferenças entre modalidades de participação, contextos de atuação e responsabilidades institucionais. Uma análise conceitualmente delimitada permite compreender a atuação psicopedagógica sem convertê-la em solução universal para dificuldades de aprendizagem e sem responsabilizar isoladamente estudantes ou famílias por processos constituídos em condições mais amplas.

O artigo está organizado em quatro movimentos analíticos. Inicialmente, explicita-se o percurso metodológico. Em seguida, discutem-se a psicopedagogia, os processos de aprendizagem e seus campos de atuação. Posteriormente, examinam-se as relações entre família, escola e aprendizagem. Por fim, analisa-se especificamente a atuação psicopedagógica na interface entre os contextos familiar e escolar, suas possibilidades e seus limites.

2 METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como um estudo teórico-bibliográfico de caráter narrativo. As revisões narrativas possibilitam a descrição e a discussão do desenvolvimento ou do estado do conhecimento sobre determinado assunto sob perspectivas teóricas e contextuais (Rother, 2007). Essa opção metodológica mostra-se compatível com o objetivo deste estudo de discutir conceitos, perspectivas e evidências disponíveis sobre psicopedagogia, processos de

aprendizagem, família e escola, sem pretensão de realizar uma síntese sistemática ou estimar efeitos de intervenções.

A construção analítica considera produções diretamente relacionadas aos eixos que estruturam o problema investigado: processos de aprendizagem e suas dificuldades; psicopedagogia clínica e institucional; relação família-escola; participação e envolvimento familiar; e possibilidades de atuação psicopedagógica na articulação desses contextos. Foram privilegiadas publicações cuja pertinência permitisse discutir as categorias centrais do estudo, articulando produções contemporâneas a uma referência clássica necessária à compreensão da tradição clínica da psicopedagogia.

Por se tratar de estudo narrativo, a literatura é examinada conforme sua contribuição para a questão do estudo, considerando também as diferenças entre desenhos de pesquisa, contextos e alcance das evidências apresentadas.

A análise foi organizada em três eixos. O primeiro aborda a psicopedagogia, os processos de aprendizagem e a distinção entre campos clínico e institucional. O segundo examina a família, a escola e diferentes formas de participação familiar. O terceiro articula essas discussões para analisar possibilidades e limites da atuação psicopedagógica na interface família-escola.

As conclusões são formuladas de acordo com o nível de evidência proporcionado pelas fontes mobilizadas. Estudos situados em contextos específicos são interpretados dentro de seus respectivos limites, e associações descritas na literatura não são tratadas como relações causais. Essa delimitação é particularmente necessária diante da heterogeneidade dos estudos considerados e da ausência de investigação empírica própria neste artigo.

3 PSICOPEDAGOGIA, APRENDIZAGEM E CAMPOS DE ATUAÇÃO

3.1 PSICOPEDAGOGIA E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

A Psicopedagogia constitui um campo de conhecimento voltado à compreensão dos processos de aprendizagem, considerando o sujeito e as diferentes condições implicadas no aprender. Nesse sentido, Bossa (2011, p. 27) afirma que “ao falarmos do objeto de conhecimento da Psicopedagogia, estamos falando, então, do ser humano no processo de aprendizagem”. A formulação amplia o olhar psicopedagógico para além da identificação de

dificuldades ou transtornos, situando a aprendizagem humana como núcleo de seu objeto de estudo.

Terra-Candido e Cruz (2024), ao examinarem criticamente os transtornos específicos da aprendizagem a partir da Teoria Histórico-Cultural, discutem o não aprender em perspectiva multifatorial. Essa compreensão impede que manifestações escolares sejam explicadas apenas por características individuais e chama atenção para condições sociais, educacionais e históricas relacionadas ao desenvolvimento e à escolarização.

Uma perspectiva multifatorial modifica também o lugar atribuído à intervenção psicopedagógica. Se a dificuldade não possui necessariamente uma única origem, sua compreensão exige analisar as condições em que se manifesta, os contextos envolvidos e as relações estabelecidas em torno do aprender. O trabalho psicopedagógico, portanto, não pode partir antecipadamente da pressuposição de que a causa está no estudante, na família ou na escola. Essa delimitação não significa negar fatores individuais, familiares ou institucionais. Significa compreender que sua relevância precisa ser analisada em cada contexto e sustentada por evidências, evitando a transformação de possibilidades explicativas em relações causais previamente estabelecidas.

3.2 PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA E PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL/ESCOLAR

A diferenciação entre atuação clínica e institucional é necessária para definir adequadamente o alcance do trabalho psicopedagógico, muito embora ambas tenham os processos de aprendizagem como referência, elas não se confundem quanto ao contexto, à natureza da demanda e às formas de intervenção.

A perspectiva clínica tradicionalmente concentra-se no sujeito que apresenta uma demanda relacionada à aprendizagem e nas condições implicadas em sua relação com o aprender. Fernández (1991) constitui uma das referências dessa tradição ao articular dimensões cognitivas e subjetivas no diagnóstico e na compreensão psicopedagógica.

Salvari e Dias (2006) permitem observar empiricamente parte dessa dinâmica em contexto clínico, seu estudo investigou como três psicólogas e três pedagogas que atuavam em psicopedagogia clínica compreendiam problemas de aprendizagem em crianças e o papel da família. Os resultados expressam percepções de um grupo profissional delimitado e, justamente por isso, não devem ser transformados em explicação geral sobre famílias ou dificuldades de aprendizagem. Seu valor para esta discussão está em mostrar que, no atendimento clínico, as

relações familiares podem integrar o processo de compreensão da demanda sem constituir, por si mesmas, explicação suficiente para o não aprender.

A psicopedagogia institucional opera sob outra lógica, onde o foco deixa de estar exclusivamente em um sujeito encaminhado para atendimento e alcança relações, práticas e condições presentes no ambiente institucional. Sanches e Marquezan (2023), ao relatarem intervenção psicopedagógica institucional em um Centro de Atendimento Socioeducativo, demonstram uma atuação vinculada à realidade e às necessidades da instituição. Embora esse contexto não possa ser generalizado para todas as instituições escolares, o estudo evidencia que a intervenção institucional exige leitura do ambiente e de suas relações.

A distinção tem consequência prática: psicopedagogia institucional não corresponde simplesmente à realização de atendimento clínico dentro de uma instituição. A mudança de contexto modifica a unidade de atenção, as demandas examinadas e as possibilidades de intervenção. Em ambiente escolar, isso implica considerar processos pedagógicos, relações entre profissionais, estudantes e famílias, formas de encaminhamento e condições institucionais relacionadas à aprendizagem.

3.3 DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E CARÁTER MULTIFATORIAL DO APRENDER

A compreensão das dificuldades de aprendizagem exige uma análise que ultrapasse explicações centradas exclusivamente no estudante e em suas características individuais. Nessa direção, Terra-Candido e Cruz (2024, p. 84) defendem uma perspectiva que “busca entender o não-aprender na escola como um processo multifatorial”. Essa concepção amplia a análise do fenômeno ao reconhecer que as dificuldades manifestadas no contexto escolar precisam ser examinadas em articulação com as condições sociais, educacionais, históricas e relacionais que participam do processo de ensino-aprendizagem.

A análise psicopedagógica precisa, consequentemente, distinguir manifestação e explicação. Dificuldades na leitura, escrita, compreensão ou realização de atividades podem constituir sinais que demandam investigação, mas não autorizam concluir antecipadamente qual fator as produziu. A interpretação requer considerar a trajetória do estudante, as condições pedagógicas, o contexto institucional e, quando pertinente, relações familiares e outros elementos envolvidos.

Essa concepção também estabelece limites para a própria psicopedagogia. A atuação psicopedagógica pode contribuir para a compreensão de processos de aprendizagem e das

relações que os atravessam, mas não substitui avaliações ou intervenções pertencentes a outros campos profissionais quando a natureza da demanda assim exigir.

4 FAMÍLIA, ESCOLA E PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

4.1 FAMÍLIA E APRENDIZAGEM

A família constitui um dos contextos nos quais crianças e adolescentes estabelecem relações, constroem experiências e desenvolvem práticas que podem se relacionar à escolarização. Nesse sentido, Oliveira e Marinho-Araújo (2010) reconhecem que “a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas”. Reconhecer a relevância da família nos processos de desenvolvimento e escolarização, entretanto, não significa estabelecer uma relação determinista entre características ou práticas familiares e desempenho escolar, uma vez que a aprendizagem se constitui na interação de diferentes condições individuais, familiares, escolares e sociais.

Salvari e Dias (2006) mostram que profissionais entrevistadas em contexto psicopedagógico clínico atribuíam relevância às relações familiares na compreensão de determinados problemas de aprendizagem. O alcance dessa evidência deve permanecer vinculado ao desenho da pesquisa: seis profissionais, inseridas em contexto clínico, relatando suas compreensões acerca das demandas atendidas. O estudo permite reconhecer a família como dimensão possível da análise clínica, mas não demonstrar que características familiares sejam causa geral das dificuldades escolares.

A literatura mais recente sobre envolvimento parental também exige essa diferenciação, um estudo conduzido por Kim (2022), em meta-análise de segunda ordem que reuniu 23 meta-análises e 1.177 estudos primários, encontrou relações distintas entre modalidades de envolvimento parental e desempenho acadêmico. A heterogeneidade observada é especialmente relevante porque impede que toda forma de participação seja tratada como equivalente.

Consequentemente, expressões genéricas como “a família precisa participar” são insuficientes como proposições científicas. É necessário perguntar de que participação se trata, em qual contexto, por quais meios e em relação a quais resultados. O envolvimento parental constitui um fenômeno multidimensional, abrangendo diferentes comportamentos e atitudes relacionados à escolarização, como práticas de aprendizagem desenvolvidas em casa, comunicação entre família e escola, participação em atividades e reuniões escolares e

expectativas dos responsáveis em relação à educação dos filhos (Dias; Barroso, 2023). Desse modo, essas diferentes formas de participação não devem ser tratadas como manifestações equivalentes de um único fenômeno.

Essa distinção também evita responsabilizar famílias que enfrentam diferentes condições materiais, sociais e institucionais. O reconhecimento da dimensão familiar deve ocorrer sem transformar determinada forma de organização ou disponibilidade familiar em padrão universal para uma escolarização bem-sucedida.

4.2 RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

A relação família-escola constitui um campo próprio de investigação e não apenas um prolongamento da participação parental, sob essa ótica, um estudo de Pinto (2022), analisou 692 artigos publicados entre 1996 e 2020 e identificou 31 que discutiam questões relacionadas à família e à escola. Esses trabalhos distribuíram-se por seis eixos: parceria família-escola, educação infantil, violência, queixa escolar, dificuldades de aprendizagem e educação especial.

A diversidade dos eixos demonstra que a relação família-escola envolve problemas e objetos distintos. Consequentemente, a noção de parceria não pode funcionar como explicação autossuficiente. É necessário identificar como a relação ocorre, quais atores participam, que responsabilidades são atribuídas a cada contexto e quais dificuldades emergem dessa interação.

Pinto (2022) também identificou predominância de pesquisas desenvolvidas em contextos e amostras singulares e ausência de discussões no âmbito das políticas públicas no conjunto analisado. Esse resultado recomenda cautela diante de generalizações e indica que parte do conhecimento produzido sobre família e escola está vinculada a realidades específicas.

Colagrossi et al. (2024) oferecem outro tipo de evidência ao discutirem a implementação de uma política educacional voltada ao fortalecimento das relações entre família e escola. A experiência do Programa Família+ mostra que essa relação pode ser objeto de ação institucional organizada, envolvendo práticas planejadas e expansão de sua implementação. O estudo, contudo, descreve uma experiência situada e não demonstra que o mesmo desenho produza resultados equivalentes em qualquer sistema educacional.

Consideradas em conjunto, essas evidências deslocam a discussão de uma defesa abstrata da aproximação família-escola para a análise das formas concretas pelas quais essa relação é construída.

4.3 PARTICIPAÇÃO FAMILIAR, ENVOLVIMENTO PARENTAL E PARCERIA: DISTINÇÕES CONCEITUAIS

Participação familiar, envolvimento parental e parceria família-escola são expressões próximas, mas não devem ser empregadas como sinônimos automáticos, sendo necessário que haja distinção porque cada termo pode designar práticas, atores e níveis de relação diferentes.

O envolvimento parental pode compreender práticas realizadas pelos responsáveis em relação à escolarização, inclusive fora da instituição escolar. Kim (2022) demonstra que modalidades diferentes de envolvimento apresentam relações distintas com o desempenho acadêmico, reforçando a inadequação de tratá-las como uma única variável.

A participação familiar possui alcance potencialmente mais amplo. Além dos pais, outras pessoas que exercem funções familiares podem integrar a vida escolar do estudante. A expressão também permite evitar a pressuposição de uma única configuração de família.

A parceria família-escola, por sua vez, pressupõe uma dimensão relacional. Não depende apenas de ações realizadas pela família, mas das condições de comunicação, reconhecimento e participação construídas entre os dois contextos. O levantamento de Pinto (2022) mostra que a parceria constitui apenas um dos eixos encontrados na produção sobre relação família-escola, não sendo equivalente ao campo inteiro.

A experiência discutida por Colagrossi et al. (2024) reforça essa dimensão institucional. O fortalecimento da relação entre famílias e instituições educacionais aparece associado à construção de estratégias e práticas organizadas, e não apenas à expectativa de que responsáveis se tornem mais presentes.

Essas distinções têm implicação para a psicopedagogia. Antes de recomendar maior “participação da família”, é necessário compreender qual problema está sendo analisado, quais formas de participação já existem e quais barreiras ou possibilidades se apresentam na relação entre família e instituição.

5 A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA INTERFACE FAMÍLIA-ESCOLA

A interface família-escola constitui um espaço possível de atuação psicopedagógica quando questões relacionadas à aprendizagem atravessam os dois contextos. Essa atuação, entretanto, não confere ao psicopedagogo responsabilidade por resolver toda dificuldade de comunicação entre família e escola nem o transforma em intermediário obrigatório entre ambas.

A contribuição psicopedagógica encontra-se, sobretudo, na possibilidade de analisar como diferentes relações e práticas se articulam em torno do processo de aprendizagem. Em contexto institucional, isso pode envolver compreensão de demandas escolares, interlocução com profissionais, análise das condições em que determinadas dificuldades são identificadas e reflexão sobre formas de aproximação com as famílias.

A experiência de Sanches e Marquezan (2023) evidencia que a atuação institucional precisa responder às características do espaço em que ocorre. Esse princípio impede a aplicação de um modelo único de intervenção a instituições com finalidades, populações e condições distintas.

Quando elementos familiares são relevantes para a compreensão de uma demanda, a interlocução com a família pode ampliar as informações disponíveis. Salvari e Dias (2006), dentro dos limites de seu estudo clínico, demonstram que profissionais da psicopedagogia consideravam aspectos familiares durante a compreensão das dificuldades atendidas. Essa participação não significa atribuir à família a causa da dificuldade, mas reconhecê-la como uma das possíveis dimensões do contexto do estudante.

Na escola, a mesma cautela deve ser preservada. A aproximação com responsáveis precisa evitar a produção de discursos que transfiram à família problemas relacionados às práticas pedagógicas ou às condições institucionais. Da mesma forma, a análise não deve atribuir exclusivamente à escola fenômenos que podem envolver outras dimensões.

5.1 POSSIBILIDADES E LIMITES DA ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

A literatura examinada permite identificar possibilidades para a atuação psicopedagógica, mas não sustenta a ideia de que a articulação entre psicopedagogo, família e escola seja garantia de sucesso escolar.

Uma primeira possibilidade consiste em contribuir para uma leitura menos fragmentada das dificuldades de aprendizagem. Ao considerar diferentes contextos e distinguir manifestação de causa, a psicopedagogia pode colaborar para que encaminhamentos não sejam construídos apenas a partir de rótulos ou explicações antecipadas.

Outra possibilidade está na interlocução institucional. A atuação pode favorecer reflexão sobre práticas, comunicação e condições relacionadas à aprendizagem. O estudo de Sanches e Marquezan (2023) exemplifica a inserção institucional da psicopedagogia, mas seu contexto específico impede que os procedimentos relatados sejam apresentados como modelo universal.

A aproximação entre família e escola constitui outra possibilidade, desde que sua finalidade seja delimitada. Pinto (2022) evidencia a diversidade dos problemas investigados nesse campo, enquanto Colagrossi et al. (2024) demonstram que o fortalecimento dessa relação pode ser objeto de estratégias institucionalmente organizadas. Esses estudos não autorizam afirmar que qualquer aproximação produz necessariamente melhora da aprendizagem.

Os limites são igualmente relevantes. O psicopedagogo não substitui professores, familiares nem profissionais de outras áreas. Sua atuação precisa respeitar competências profissionais, características institucionais e natureza da demanda.

Outro limite diz respeito às próprias evidências disponíveis. Parte da literatura analisada deriva de estudos qualitativos, relatos de experiência ou investigações situadas. Mesmo evidências agregadas, como as analisadas por Kim (2022), demonstram heterogeneidade entre modalidades de envolvimento parental. Não há, portanto, fundamento para estabelecer uma cadeia causal simples segundo a qual maior participação familiar produziria necessariamente melhor aprendizagem.

5.3 SÍNTESE ANALÍTICA E DISCUSSÃO DA LITERATURA

A literatura examinada permite responder à questão deste estudo a partir de três resultados analíticos principais: O primeiro é que a atuação psicopedagógica na interface família-escola precisa estar vinculada a uma compreensão multifatorial da aprendizagem. Terra-Candido e Cruz (2024) oferecem fundamento para compreender o não aprender sem reduzi-lo a uma característica individual. Essa perspectiva converge com a necessidade, identificada na discussão psicopedagógica, de examinar os contextos em que as dificuldades se manifestam.

O segundo resultado é que a dimensão familiar precisa ser conceitualmente qualificada. Salvari e Dias (2006) evidenciam sua presença em contextos clínicos, enquanto Kim (2022) demonstra, em uma base de evidência de natureza distinta e muito mais ampla, que modalidades de envolvimento parental se relacionam de maneiras diferentes com resultados acadêmicos. Os estudos convergem quanto à relevância potencial da dimensão familiar, mas não possuem desenho ou alcance que permitam transformá-la em causa predominante do desempenho escolar.

O terceiro resultado refere-se à própria relação família-escola. Pinto (2022) demonstra que a produção científica sobre o tema abrange diferentes objetos, enquanto Colagrossi et al. (2024) evidenciam que o fortalecimento dessa relação pode ser construído por meio de

estratégias institucionais concretas. A articulação família-escola, portanto, é mais adequadamente compreendida como processo situado do que como condição abstrata que, por si só, asseguraria aprendizagem.

Esses resultados permitem interpretar a atuação psicopedagógica como relacional e contextual. Essa formulação constitui uma interpretação desenvolvida neste artigo a partir do diálogo entre as fontes, e não um resultado empírico produzido por investigação própria. A psicopedagogia pode atuar na compreensão das relações estabelecidas em torno do aprender, na análise de condições institucionais pertinentes à sua área e na interlocução com diferentes atores, respeitando os limites de sua atuação.

A análise também evidencia o que não pode ser concluído. As fontes mobilizadas não demonstram que a família determine o desempenho escolar; não demonstram que toda forma de participação familiar seja benéfica em igual medida; não comprovam que a articulação entre família, escola e psicopedagogia garanta sucesso acadêmico; e não permitem afirmar que determinada modalidade de intervenção psicopedagógica seja superior às demais.

A resposta ao problema do estudo situa-se justamente nessa delimitação. A literatura permite compreender a psicopedagogia como um campo que pode contribuir para a articulação entre diferentes dimensões relacionadas à aprendizagem, desde que essa contribuição não seja transformada em explicação totalizante. Família, escola e psicopedagogia participam do processo a partir de funções distintas, e sua articulação precisa ser analisada conforme a demanda e o contexto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo discutir, a partir da literatura, a atuação da psicopedagogia na articulação entre família, escola e processos de aprendizagem. A análise desenvolvida indica que essa atuação precisa ser compreendida a partir de uma perspectiva relacional e multifatorial, evitando atribuir isoladamente ao estudante, à família ou à instituição escolar a origem das dificuldades relacionadas à aprendizagem.

A literatura examinada evidencia que família e escola constituem contextos relevantes para os processos educacionais, embora desempenhem funções distintas. A participação familiar não representa uma categoria homogênea, e diferentes modalidades de envolvimento podem relacionar-se de maneiras distintas aos resultados educacionais. Da mesma forma, a relação família-escola não se reduz à ideia genérica de parceria, pois envolve formas concretas

de comunicação, participação e distribuição de responsabilidades condicionadas pelos contextos nos quais se desenvolvem.

No campo psicopedagógico, a análise também evidenciou a necessidade de distinguir a atuação clínica da institucional. Embora ambas se relacionem com os processos de aprendizagem, diferenciam-se quanto ao contexto, às demandas e às formas de intervenção. Na interface entre família e escola, a contribuição psicopedagógica pode envolver a compreensão das relações construídas em torno da aprendizagem e a interlocução entre os contextos envolvidos, sem substituir as atribuições próprias da família, da escola ou de outros profissionais.

A principal contribuição desta discussão consiste em deslocar a compreensão da atuação psicopedagógica de uma lógica baseada na afirmação genérica de sua importância para uma análise das condições, possibilidades e limites dessa atuação. Nessa perspectiva, dificuldades de aprendizagem não são tomadas como consequência necessária de determinada configuração familiar, e a aproximação entre família, escola e psicopedagogia não é apresentada como garantia de sucesso escolar. A literatura examinada sustenta uma compreensão contextual dessas relações, mas não permite estabelecer causalidade ou superioridade de uma modalidade específica de intervenção.

Como limitação, o estudo possui natureza teórico-bibliográfica e caráter narrativo, não tendo realizado revisão sistemática, meta-análise nem investigação empírica própria. As fontes mobilizadas apresentam desenhos, populações e contextos distintos, o que impede generalizações sobre a eficácia de intervenções psicopedagógicas específicas. Estudos posteriores podem aprofundar empiricamente as formas pelas quais diferentes modalidades de atuação psicopedagógica se relacionam com práticas de participação familiar e de articulação família-escola, delimitando contextos, populações, procedimentos e resultados avaliados.

REFERÊNCIAS

BOSSA, Nádia A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

COLAGROSSI, Ana Luiza Raggio et al. Da pesquisa à prática: a implementação de uma política pública educacional para apoiar o desenvolvimento infantil a partir do fortalecimento das relações entre família e escola. **Construção Psicopedagógica**, v. 34, n. 36, p. 6-20, 2024. DOI: 10.37388/CP2024/v34n36a02.



DIAS, Diana; BARROSO, Raquel. Envolvimento parental na escola: perspectivas de pais e filhos. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, e242143, 2023. DOI: 10.1590/2175-35392023-242143.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artmed, 1991.

KIM, Sungwon. Fifty years of parental involvement and achievement research: a second-order meta-analysis. **Educational Research Review**, v. 37, art. 100463, 2022. DOI: 10.1016/j.edurev.2022.100463.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 27, n. 1, 2010. DOI: 10.1590/S0103-166X2010000100012.

PINTO, Alex Barbosa Abreu. A relação família-escola nas publicações da ABRAPEE: estado do conhecimento. **Revista Psicopedagogia**, v. 39, n. 120, p. 458-472, 2022. DOI: 10.51207/2179-4057.20220029.

PITOMBO, Elisa Maria; MADI, Sonia. Família no processo de alfabetização. **Construção Psicopedagógica**, v. 30, n. 31, 2021. DOI: 10.37388/CP2021/v30n31a02.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. DOI: 10.1590/S0103-21002007000200001.

SALVARI, Lúcia de Fátima Carvalho; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Os problemas de aprendizagem e o papel da família: uma análise a partir da clínica. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 23, n. 3, p. 251-259, 2006. DOI: 10.1590/S0103-166X2006000300004.

SANCHES, Maria Jade Pohl; MARQUEZAN, Fernanda Figueira. Intervenção psicopedagógica institucional no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE). **Revista Psicopedagogia**, v. 40, n. 123, p. 293-302, 2023. DOI: 10.51207/2179-4057.20230028.

TERRA-CANDIDO, Bruna Mares; CRUZ, Ana Paula Xavier Marques da. Transtornos específicos da aprendizagem: uma análise crítica à luz da Teoria Histórico-Cultural. **Revista Psicopedagogia**, v. 41, n. 124, p. 84-93, 2024. DOI: 10.51207/2179-4057.20240012.